

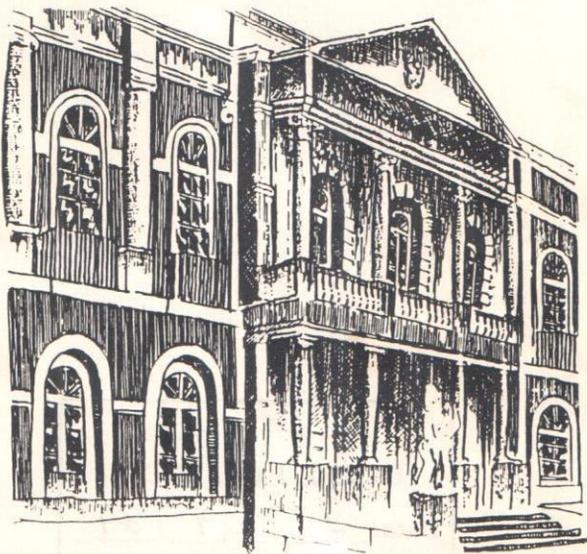
S
UFRJ/IEI
TD32

043922-3



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 32

BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O
MÉTODO DE MARX

Ricardo Tolipan

Outubro de 1982

Reedição set/89

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

430027707



BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE MARX

Ricardo Tolipan

Texto apresentado ao grupo de trabalho
"Estado e Democracia" durante o encontro
anual da ANPOCS em Águas de São Pe-
dro.

Outubro de 1983

2ª Impressão - Julho de 1984

FICHA CATALOGRÁFICA

Tolipan, Ricardo.

Brevíssimas considerações sobre o método de Marx /por/ Ricardo Tolipan. -- Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1983.

9 p. -- (Texto para discussão, n.32)

Dos diversos dossiês teóricos abertos pelo marxismo na história do pensamento, a questão do método não é certamente dos menores. Apesar de sua longevidade este é um dossiê permanentemente aberto e a atual crise da dialética e do marxismo obriga mais que nunca o seu enfrentamento.

E verdade que o ambiente emocional que dá suporte a este gênero de problemas mudou. Do entusiasmo inicial e o vigor produtivo que ele suscitou passa-se hoje ao desencanto e à crescente dificuldade de "levar a sério" este assunto. É cada vez maior o número de intelectuais que aborda esta matéria para rapidamente dar de ombros se já encerrando-a dogmaticamente seja evitando-a a pretexto de excesso de tratamento; todos eles exprimindo o cansaço diante de uma forma de pensamento que não se chegou sequer a dominar e que já dá mostra de ser incapaz de constituir um saber eficaz sobre o capitalismo.

No entanto, estas me parecem ainda as questões inescapáveis de hoje pois se a dialética e o marxismo estiveram na raiz de uma renovação do nosso patrimônio cultural, seu fracasso está na raiz também da crise mais ampla deste patrimônio que caracteriza nossa modernidade. A sensação desagradável de cul-de-sac que sentimos ao abordá-las pode ser o inevitável sabor de fim de século que nos está reservado.

Gostaria de tocar num ponto, em certa medida negligenciado, que pode permitir uma reavaliação da atitude de Marx especialmente com relação ao discurso economista. Antes de mais nada, tenho que advertir do caráter precário e preliminar que atribuo a estas considerações. Dito isto, passemos aos fatos, ou melhor, às idéias.

A questão que vai me ocupar aqui é basicamente a seguinte: como Marx estrutura o início de sua análise do capitalismo? A importância desta questão é que o modo de iniciar a análise do capital revela em boa medida a concepção geral que Marx faz dele e por outro lado o modo de iniciar condiciona por seu turno esta visão geral. Esta importância está de acordo com o próprio Marx que atribue, na famosa Introdução de 57, caráter fundamental ao ponto de partida de qualquer ciência.

O Capital se inicia pela fórmula famosa: "A riqueza das sociedades em que reina o modo de produção capitalista se anuncia como uma 'imensa acumulação de mercadorias'. A análise da mercadoria, forma elementar desta riqueza, será por conseguinte o ponto de partida da nossa pesquisa".

Segue-se uma consideração breve em que o valor de uso da mercadoria inicialmente definida antropologicamente, isto é, como matéria universal da riqueza "independentemente de sua forma social", é afastado da análise não lhe restando a não ser a determinação (específica do capitalismo), de servir como suporte (träger) do valor de troca. Neste sentido, o que se retém como valor de uso é algo inteiramente subordinado à noção de forma do valor. O valor de uso no sentido primeiro (antropológico) é constituidor de um outro saber diferente da economia política e próprio à rotina comercial que Marx denomina de "ciência comercial".

Fica então como ponto de partida da análise, a noção de valor de troca ou forma do valor. Antes porém Marx procura garantir que apesar da aparência arbitrária e puramente relativa do valor de troca ele é a expressão de um conteúdo não arbitrário e absoluto: o trabalho abstrato.

No entanto, a afirmação da natureza deste conteúdo não deriva da análise da forma, ele a precede como pura afirmação e é assim pressuposto. A necessidade disto decorre do fato de que tendo Marx postulado a forma do valor como troca mercantil é preciso garantir a priori a comensurabilidade dos termos da troca. As razões aqui são famosas e basta mencioná-las; elas têm origem numa oposição a Bailey que retém apenas o caráter relativo da troca ao tratá-la do ponto de vista meramente quantitativo. Marx recusa sumariamente dar conteúdo antropológico a este espaço de comensurabilidade e propõe que o que há de comum nas mercadorias deva ser buscado nas relações especificamente capitalistas de produção. Neste sentido nada do que define a mercadoria como coisa (valor de uso no 1º sentido), portanto nada de sua materialidade física ou de sua relação com a idiossincrasia individual, deve penetrar na constituição da forma do valor. Postula-se a partir daí uma substância social (especificamente capitalista) que daria o conteúdo a esta forma. Deve-se notar aqui que a

definição do trabalho abstrato neste momento como substância do valor é uma petição de princípios que só será garantida mais adiante com a definição de trabalho assalariado.

Com isto Marx está preparado então para enfrentar sua questão primária, isto é, a análise da forma da mercadoria. E aqui gostaria de pôr o problema que me interessa neste trabalho. Isto é, que significa tomar como forma do valor a relação entre duas mercadorias? Já vimos que ela condiciona a pré-definição de substância. Vejamos agora em que a determinação da forma como relação entre mercadorias é necessária. Isto é, tomemos sobre este ângulo a idéia de que a mercadoria é a forma da riqueza capitalista.

Sabemos que a intenção de Marx ao redigir o capital é dupla, ele deseja constituir um saber científico (positivo) sobre o capitalismo fundado num movimento de crítica do discurso economista. Em que registro "o ponto de partida" se coloca? Podemos adivinhar a resposta dialética, isto é, dogmática. Estes planos não se distinguem na reflexão e no modo de exposição de Marx de tal modo que estes dois registros estão sintetizados em sua análise; é um defeito da lógica do entendimento e do querer analisá-los separadamente.⁽¹⁾

Parti do pressuposto da crise da dialética, isto é, da impossibilidade de pensar hoje em seus termos, assim é impossível aceitar que este pensamento esteja em ação de modo não-dogmático e se o custo disto é o de recair sobre a lógica do entendimento deve-se ao menos tentar fazer dela o instrumento precário para uma melhor inteligência de Marx. Não vejo mais, hoje, razão alguma para nos prevenirmos contra uma leitura de Marx que acabe por criticá-lo. Pelo contrário, talvez o seu seja um discurso finalmente paralisado por quase um século de leituras de "boa-vontade", ou melhor, um discurso inutilizado por leituras sectárias; dogmatizado pela necessidade de um lado de atacá-lo e de outro de defendê-lo. Quem sabe se numa estratégia menos maniqueísta de leitura não esteja sua possibilidade futura?

(1) Rancière, por exemplo, considera que "temos em Marx e particularmente neste capítulo 1, a relação de uma analítica e de uma dialética, uma reorganização do espaço teórico destes conceitos. Esta reorganização é o que poderíamos chamar a revolução anti-copernicana de Marx (anti-copernicana no sentido kantiano, isto é, copernicana no sentido estrito). Rancière, Lire le Capital tome 1, pg. 139, Paris, 1967.

Examinemos então duas possibilidades de resposta ao nosso problema. As duas possibilidades são interpretações diferentes do que quer dizer "se anuncia" no texto citado. O sujeito do anúncio, o próprio texto deixa imediatamente claro, é a riqueza capitalista que se anuncia, isto é, o sujeito objetivo deste anúncio é o capital. É o modo de se anunciar que pode estar sujeito a diferentes interpretações.

Uma primeira versão é a de que o capital se anuncia como a acumulação de mercadorias porque estas constituem seu elemento prático imediato. Este elemento é primitivo no sentido de que para um observador qualquer desta sociedade, o primeiro objeto relativo ao enriquecimento que ele apreende é a mercadoria. A mercadoria é assim o primeiro objeto social que se dá a representação da riqueza.

Uma variação desta interpretação é sua "historicização". O capital "se anuncia" como imensa acumulação de mercadorias não no sentido de que é assim que o apreende imediatamente e atualmente o agente prático mas porque é assim que ele se instala na história. Seu primeiro modo genético de aparecer seria o da generalização da forma mercantil, como fundo inicial que "anuncia" a emergência de um novo modo de produção. Esta generalização age sobre uma forma de organização social baseada na troca direta de mercadorias que se convencionou chamar de "economia mercantil simples".

Esta parece ser em suas duas versões principais a leitura corrente deste trecho. Segundo esta leitura corrente Marx estaria fazendo uma referência direta ao real e tomando-o assim como ponto de partida. Este tipo de início pressupõe a positividade do discurso de Marx, afirma-se com isto sobretudo seu caráter científico.

A possível capacidade que teriam as mercadorias de se inscreverem diretamente na representação como o objeto social fundamental e óbvio seria tematizada ao final do capítulo inicial de o Capital pela análise do fetichismo. A forma elementar do capital é aí de finida como uma forma-fetichismo, o que equivale a afirmar que o que ela diz imediatamente esconde sua verdadeira natureza e que esta é a função específica desta forma.

Pois muito bem, recusemos esta leitura para examinarmos outra possibilidade que consiste em interpretar o início do Capital no seu registro crítico. Justamente iniciar pela mercadoria é iniciar por uma forma eminente de representação do real e não pelo real ele mesmo.

Quem constitui esta representação? Quem, por excelência, na opinião do próprio Marx enuncia o capitalismo como acumulação de mercadoria? Quem afinal é o vogal da produção capitalista de mercadoria?

Se lemos a análise de Marx em seu registro crítico não faz nenhuma dúvida que ele considera o economista como locutor principal e privilegiado do capital, ou seja, para Marx a representação mercantil do capitalismo está constituída pela Economia Política. Sem dúvida é da Economia Política que provém uma imagem do capitalismo que o reduz a elementos mercantis. A pressuposição fundamental aqui é precisamente a de que o capitalismo é uma economia de "produção de mercadorias por meio de mercadorias" para citar sua interpretação mais famosa hoje.

Lida desta maneira a relação fundamental de Marx não é com um real constituído a priori e que se dá para uma representação espontânea e pura mas com um real já pensado, isto é, posto pela representação e filtrado por suas exigências. Decisivo neste caso é que este é um real posto por uma representação particular: pela Economia Política Clássica.

Marx tem a meu ver plena consciência disto e seu produto positivo - O Capital - é o resultado de uma crítica da Economia Política. Neste sentido posso dizer que Marx toma como ponto de partida a mercadoria porque é o objeto primordial do discurso que ele quer criticar.

Mas o que então representa aceitar o ponto de partida da Economia Política, isto é, a que se condena a crítica quando seu método exige imitar o ponto de partida do seu objeto? Responder esta questão é examinar qual a lógica que estabelece os postulados da própria Economia Política.

A idéia economista de que o capital é basicamente uma contabilidade mercantil, de que a riqueza real se constitui em mercadoria e de que sua expressão monetária é um puro véu que exprime a mera necessidade instrumental de facilitar as trocas, esta idéia ela mesma é o produto de uma crítica que está na raiz da teoria econômica clássica. Segundo esta concepção a moeda é um meio técnico de simplificação das trocas mas inessencial pois estas podem se passar sem ela. A presença da moeda tem o efeito de cindir o mundo econômico em duas esferas: uma esfera monetária inessencial e produtora de ilusões sobre o agente prático e uma esfera real onde residem as verdadeiras leis de organização e funcionamento deste mundo. A ciência passa a ser necessária (não apenas desejável) pois é o recurso contra a ilusão do agente prático ofuscado pela esfera monetária. Neste mundo dual portanto não apenas a moeda é inessencial (apesar de cômoda), nela não residindo a verdadeira riqueza capitalista, como ela é o lugar de um engano. A contabilidade monetária falsifica a realidade econômica.

O ponto essencial que nos interessa aqui é então o seguinte: é o economista quem realiza o movimento crítico de afastamento da moeda como elemento principal da riqueza capitalista e quem põe a mercadoria em seu lugar. Para que a troca generalizada de mercadorias possa ser considerada a base do funcionamento da economia é preciso que cada mercadoria em particular "aspire" as propriedades monetárias. Esta será, a meu ver, a tarefa principal da teoria do valor que definirá cada mercadoria como um poder de compra. Assim a fundação da economia política clássica dependerá de um movimento de exclusão da moeda do plano da realidade econômica e sua reaparição na figura fantasmática de valor. Chamo aqui propositalmente o valor de fantasma por alusão às formas de retorno do reprimido em Freud. Com efeito o valor é a reaparição da propriedade monetária associada agora (por força da repressão) a um significante diferente: a mercadoria.

Contra que se faz este movimento? Qual o alvo da crítica econômica? Aqui afinal o ponto que pode chegar a interessar além do economista, o cientista político e o sociólogo. O objeto da crítica de fundação do discurso econômico é o "mercantilismo" que para efeito do que estamos tratando, constitui a mais radical afirmação de que na raiz da economia está o Príncipe, isto é, o poder político. E

para dizer tudo de uma vez: é precisamente isto que se quer negar quando se afasta a moeda da "sociedade mercantil". (2)

Esta concepção da moeda é o efeito da transformação de uma intervenção máxima do poder político na economia porque instituidor desta, numa intervenção mínima porque irrelevante e puramente instrumental. Realmente a moeda é para o mercantilismo, o objeto em que estão sintetizados dois poderes, político e econômico, sob a égide do primeiro. Na crítica clássica da moeda há toda uma profunda mã-vontade de contra o poder político que o faz aparecer como ordem manipulatória de vontades irresponsáveis e em que a produção da moeda está indissolúvelmente ligada a idéias de falsificação, isto é, à idéia de que a presença da política na economia é não apenas irrelevante mas profundamente maléfica (3).

A necessidade de eliminar a essencialidade da moeda corresponde a uma postura básica do raciocínio clássico que busca previamente instituir através a economia uma ordem social autônoma que se que leis automáticas de funcionamento e que garante a manifestação de uma pluralidade de liberdades. N liberdades, funcionando na base de uma definição mitigada de liberdade individual — o interesse, ou seja, a vontade racional de enriquecimento permite a consideração de uma ordem natural não voluntária da qual o Leviathan está radicalmente excluído. Realmente contrapondo-se à paixão, forma idiossincrática e obscura de liberdade, o interesse é a base, ao mesmo tempo, de um comportamento privado mas que se realiza numa estratégia pública em que o outro tem poder equivalente e que portanto pode (e deve) se conformar a parâmetros de comparação com o outro, se subordinar a alguma forma de acordo ou de resultado coletivo não-desejado. O mercado é precisamente a relojoaria que garante que a declaração privada

- (2) "Quando a divisão de trabalho fica amplamente estabelecida é apenas uma pequena parcela das necessidades de cada homem que pode ser suprida com seu próprio trabalho. Ele atende a maior parte destas trocando o produto de seu trabalho que excede seu próprio consumo pelo excedente do trabalho de outro homem que esteja à sua disposição. Todo homem vive então da troca, ou seja, se torna até certo ponto um comerciante, e a própria sociedade se transforma então no que se pode propriamente chamar de sociedade mercantil." Smith, A riqueza das nações. Livro I. Capítulo IV.
- (3) "Pois em todos os países do mundo, eu acredito, a avareza e injustiça do príncipe e dos estados soberanos, abusando da confiança de seus súditos, diminuiu em diversos graus a quantidade real de metal que originalmente continham suas moedas". Smith, A., op.cit. capítulo III.

ascende ao estatuto público sem ferir a ordem das equivalências (equipotências). A doce persuasão do comércio é o mecanismo suave de instituição de uma ordem social do melhor tecnicamente possível.

Isto difere radicalmente de uma ordem social que teria origem numa multiplicidade de poderes incomensuráveis e que tende a autodestruição. Neste caso a organização da sociedade depende de que todos concordem com a autodestruição antes que ela ocorra, o suicídio coletivo vale mais que a guerra entre todos permanente e a criação do Estado, super-liberdade única, é o resultado deste suicídio (autoanulação das liberdades-paixão individuais).

Este conjunto de representação que vê a ordem social regida por uma mão invisível e liberal, que nega o jogo mercantilista da balança monetária e a paixão política, acaba por definir o mundo por dualidade. De um lado, a ordem social se organiza contrapondo uma esfera econômica, fundamental e por essência apolítica, a uma esfera política minimal de caráter inessencial subordinada à primeira. A incapacidade da esfera política de se manter nos seus limites é o principal defeito desta estrutura do espaço social. Por outro lado, a própria esfera da economia é dual e se ordena segundo uma instância "real" onde funciona o econômico propriamente dito e uma instância monetária que exprime a presença mínima da política na sociedade comercial. (4)

Um problema fundamental da economia clássica será precisamente o de explicar como uma ordem social baseada essencialmente no jogo das equivalências (liberdades equi-potentes) pode gerar o enriquecimento entendido como diferenciação (acréscimo) dos valores em jogo. Curiosamente uma das primeiras respostas, a de Locke, se apóia precisamente no poder de perversão do dinheiro; este potencializa a avareza (vontade ascética de enriquecimento) e instrumentaliza o enriquecimento por diferenciação.

Se este cenário corresponde a uma boa interpretação dos fa

(4) A escolha do instrumento monetário é o único vestígio do acordo coletivo consciente nesta esfera: "Em todos os países, porém, os homens parecem ter sido afinal levados por razões irresistíveis a dar preferência, para esta função, aos metais dentre todas as mercadorias." Smith, A. op.cit. Livro I, Cap. IV.

tos ideológicos e teóricos que estamos considerando, então a análise de suas implicações constitui importante programa de estudos se ainda se quer lançar nova luz sobre as raízes e a maneira de ser do raciocínio marxista. Isto, a meu ver, por duas razões de ordens diferentes que eu gostaria de enumerar à guisa de conclusão, de resumo e de sugestão para discussão.

1. A crítica que dá origem ao discurso positivo da economia política clássica elimina o que ela nega ao passo que para a crítica dialética trata-se de reter e desenvolver o objeto negado. Assim, o que constitui o objeto inicial da crítica economista desaparece logicamente do processo de constituição de seu discurso, ou melhor, é afastado de sua construção inicial para só reaparecer mais tarde num esforço de integração a uma teoria já constituída.

Neste caso tomar a mercadoria, objeto inicial positivo da economia política é aceitar o afastamento da moeda e suas implicações. A dialética é prisioneira aqui de um processo de escolha que lhe é exterior e que não é inocente. Ela pode aqui moralizar seu objeto inicial insinuando sua adequação ao real independentemente de qualquer processo de escolha mas, a meu ver, esta é uma manobra de sua má-consciência.

2. Aceitar o afastamento da moeda é aceitar um mundo econômico radicalmente apolítico em que a presença do Estado, em particular, é pressentida como uma intervenção exógena sobre uma esfera já constituída independentemente dele. Do mesmo modo que vai haver permanentemente na história do raciocínio econômico um esforço para integrar a moeda em modelos mercantis que lhe são refratários, também a noção de política econômica representa um esforço permanente de pensar a integração do Estado numa ordem de fatos sociais em que ele é posto como irrelevante e impertinente.

A introjeção pelo marxismo destas dificuldades próprias ao discurso economista me parece ser um dos preços a pagar por uma exigência metodológica de um discurso eminentemente crítico.

PUBLICAÇÕES DO IEI/UFRJ
SÉRIES RELATÓRIOS DE PESQUISA

	Nº DE PÁGINAS
ANCIÃES, A. Wanderley. <u>O programa de investimento do governo: Tendência de impacto no setor industrial.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Relatório de Pesquisa, 1).	204
ALMEIDA, Julio Sergio Gomes de, FERRAZ F., Galeno T., JOBIM, A. Jaime & PROCHNIK, Victor. <u>Estudos sobre a construção pesada no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Relatório de Pesquisa, 2).	271

PUBLICAÇÕES DO IEI/UFRJ
SÉRIES DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº DE PÁGINAS
GUZMÁN, Reinaldo. <u>Evolução das relações comerciais do Brasil com a Inglaterra: 1850-1950.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 1).	68
ARAÚJO JR., José Tavares de. <u>Concorrência e Potencial de acumulação: Um comentário à tese de Guimarães.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 2).	17
TOLIPAN, Ricardo. <u>A necessidade da história do pensamento econômico.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 3).	13
GUZMÁN, Reinaldo. <u>O mercado de Euro-moedas e o Rio-Dólar.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 4).	29
TOLIPAN, Ricardo. <u>A questão do método em economia política.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 5).	16
ERBER, Fabio Stefano. <u>Microeletrônica: revolução e reforma.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 6).	18
ALMEIDA, Julio Sergio Gomes de. <u>Bacha e a demanda efetiva.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 7).	20
ARAÚJO JR., José Tavares de. <u>Mudança tecnológica e competitividade das exportações brasileiras de manufaturados.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982 (Discussão, 8).	22
GUZMÁN, Reinaldo. <u>Características e evolução do comércio exterior de empresas transnacionais no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 9).	32
TIGRE, Paulo Bastos. <u>O Brasil e a indústria mundial de informática.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 10).	22
PENA, Maria Valéria J. <u>Trabalho e trabalhadores: Seu significado na constituição de uma consciência burguesa no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 11).	27
ARAÚJO JR., José Tavares de. <u>Progresso técnico e formas de concorrência: Um estudo de caso sobre a indústria do vidro.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. (Discussão, 12).	145

	Nº DE PÁGINAS
GONÇALVES, Reinaldo. <u> Mercado interno e externo: Performance Comparativa de empresas Nacionais Privadas e Multinacionais na Indústria de transformação.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 13).	25
FIORI, José Luís. <u> O debate sobre o estado e a industrialização brasileira: Algumas interrogações.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 14).	21
GONÇALVES, Reinaldo. <u> Crise (D) e pensamento latino-americano em relações econômicas internacionais.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 15)	57
GUIMARÃES, Eduardo Augusto. <u> Economias de escala e barreiras a entrada: Uma formalização.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 16)	50
CASTRO, Antonio Barros de. <u> Keynes e a velha tradição do ciclo.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 17).	33
ALMEIDA, Julio Sergio Gomes de & TEIXEIRA, Aloisio. <u> O nó ceço.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 18)	50
ERBER, Fabio Stefano. <u> O complexo eletrônico - Estrutura, evolução histórica e padrão de competição.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 19).	83
FERREIRA, José Pelucio. <u> Ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento: a experiência do Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 20).	117
ARAÚJO JR., José Tavares de. <u> Keynes e a liquidez do Terceiro Mundo.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 21)	11
GUIMARÃES, Fábio Celso. <u> O mercado de serviços tecnológicos no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 22).	71
SABOIA, João L. M. <u> A razão essencial e sua utilização como deflator do salário mínimo - 1940/1981.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 23).	24
ORTEGA, José Antonio. <u> Tecnologia, mudança tecnológica e sua relação com o emprego, conforme vistas pelos clássicos.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 24).	29
TEIXEIRA, Aloisio. <u> O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 25).	249

	Nº DE PÁGINAS
SABOIA, João L.M. <u> O salário mínimo e a taxa do salário na economia brasileira: novas evidências.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 26).	25
TIGRE, Paulo Bastos. <u> Computadores brasileiros: os desafios da crise.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 27).	11
PENA, Maria Valéria Junho. <u> A condução do decreto-lei nº 2.012: a política do embuste.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 28).	24
ZOHINSEIN, Jonas & TEIXEIRA, Aloisio. <u> Joint Ventures (JV) na industrialização brasileira: notas para o estudo das formas do capital.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 29).	33
LESSA, Carlos e FIORI, José Luís. <u> Relendo a Política Econômica: As falácias do nacionalismo popular do segundo Vargas.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão, 30).	50
ERBER, Fabio Stefano. <u> A intervenção do Estado e o desenvolvimento tecnológico: o padrão dos países capitalistas centrais.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. (Discussão 31).	22
TOLIPAN, Ricardo. <u> Brevíssimas considerações sobre o método de Marx.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983 (Discussão 32).	9

Estes textos podem ser encontrados no IEI/UFRJ, à Av. Pasteur, 250, RJ. CEP 22290